

Pereira, Miriam Halpern (2024). *O Século do Liberalismo. Portugal 1820-1926*. Prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 866 p., ISBN: 978-972-31-1653-3

A Fundação Calouste Gulbenkian tem, felizmente, a prática de editar obras de autores que dignificaram as suas ciências ou as suas artes ao longo de muitos anos, numa coleção de «Clássicos da Cultura Portuguesa». É neste contexto que foi publicada esta extensa obra de Miriam Halpern Pereira, formada por uma série ordenada de estudos saídos em diversas circunstâncias, devidamente localizadas (ver p. 839-845), nomeadamente na área em que é especialista: a História Económica e Social e o período cronológico que a tornou particularmente conhecida, que se poderia designar genericamente por «Período Liberal». Daí que, muito justamente, Ana Cristina Araújo lhe tenha dedicado um lugar especial num artigo publicado pela *Revista de Historiografia*, editada em Madrid pela Universidade Carlos III (“Memória e historiografia da revolução portuguesa de 1820”, in *revista citada*, 39, 2024, 65-97). Foi, de resto, essa sua especialização que fez com que, em 2020, dirigisse a Comissão Organizadora do Congresso Internacional do Bicenténário da Revolução de 1820. Mas, já antes disso, foi agraciada, em 2017, com uma medalha do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para vir a ser, recentemente, em 2023, homenageada com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Os estudos sobre a Época Contemporânea são relativamente recentes no panorama da nossa História: iniciaram-se de forma sistemática com o 25 de Abril de 1974 e desde a década anterior, com lutas pelo seu desenvolvimento. Aliás, até aí e de um modo geral, a História dificilmente saiu de um estatuto de reduzida importância institucional ou de «ciência» ou arte ao serviço de ideologias, nomeadamente durante o período do Estado Novo. Como pensa Miriam Halpern Pereira, o próprio Estado Novo, pensado na sua

forma corporativa e antiliberal, de «partido único», com uma ação repressiva e censória, foi a grande causa desse atraso: «Nessa época hoje distante, a História Contemporânea não existia no seio da Universidade portuguesa. O tempo do liberalismo monárquico e republicano era maldito e silenciado tudo o que se escrevia a esse respeito» (p. 827).

Afinal começamos pelo fim nesta nota de análise ao livro (Parte VI. Historiografia e Ciências Sociais, p 771-832), o que não deixa de ser significativo da importância que lhe queremos conceder. Esquece-se, na verdade, muitas vezes, sobretudo em camadas mais jovens, os combates que os historiadores dos anos 60 e 70 tiveram de assumir para poderem inscrever a História Contemporânea num percurso normal da investigação universitária. Surgiram, é certo, exceções e alguns historiadores militantes a analisar o período liberal e republicano, mas faziam-no fora do contexto do regime e das suas instituições. Uns exilados ou auto-exilados, mas outros no interior do país. Por isso, nunca é demais falar do significado do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, para definir uma fronteira entre um passado de História narrativa e nacionalista e um «presente» de História interpretativa, integrada nas tendências mundiais e que analisava todas as épocas. E o mais interessante é que Joel Serrão (professor do Liceu e historiador do Liberalismo) não deixou de abrir novos caminhos a muitos historiadores universitários, alguns que, só por circunstâncias institucionais, se poderiam ligar a uma conceção de História, diríamos nós, «ultrapassada».

É curioso, de resto, que, para provar o carácter deficiente da organização da História na Universidade do seu tempo, Miriam Halpern Pereira tenha citado um relativamente longo texto de uma carta que Torquato de Sousa Soares, diretor do Instituto de Estudos Históricos da Universidade de Coimbra, dirigiu, em 1954, ao seu diretor da Faculdade de Letras (p. 793-794). Torquato Soares era um medievalista e um conservador e situacionista do ponto de vista político, mas – deve dizer-se – relativamente atualizado no mundo da ciência que pretendia ser a História. Daí não ter sido ele, por contraditório que pareça, a impedir na sua Universidade o avanço da historiografia, mesmo da historiografia da História Contemporânea. Em Coimbra, J. S. Silva Dias – a que a autora não se refere especialmente, talvez por não ter sido, como investigador, um historiador contemporaneísta e de história económica e social – abria, desde 1964, a História ao estudo do Liberalismo, o que era considerado quase um «ato revolucionário» pela nossa geração universitária. Em Lisboa pouco se avançara e foi necessário a autora – apesar do significado de historiadores como Borges de Macedo, que a orientou na sua tese de licenciatura – sair para o estrangeiro, assim como outros o fizeram por esta ou por outras razões, para poder explorar essa área com liberdade (mesmo assim relativa, devido às limitações que

lhe causaram em França o Governo português – ver capítulos III e IV da referida Parte IV). E foi em Paris que encontrou historiadores como Pierre Vilar, seu orientador de doutoramento, ou Albert Silbert (que veio a ser doutorado *honoris causa* pela Universidade de Coimbra em 1991), que a integraram, com novas visões, no estudo da História Contemporânea e da História Económica e Social.

Nesta perspetiva, Miriam Halpern Pereira quis, nessa última parte do seu livro já citada, fazer uma análise interessantíssima sobre a evolução da História e das suas polémicas e ligações com outras ciências sociais, não só em França, como na Alemanha ou na Inglaterra, ou, obviamente, em Portugal, numa perspetiva panorâmica, em forma de um tempo extenso, que recua ao século XIX (o «século de Herculano»), salientando as mudanças e mesmo a recuperação mais tardia de certos temas, tratados antes de uma forma narrativa e factual, valorizando assim a interdisciplinaridade, que nunca é, nem deve ser, inimiga de cada ciência no que ela tem de específico. Por isso Guilherme d'Oliveira Martins, no Prefácio, destacou uma frase de Miriam Halpern Pereira: «Sem economia, a história torna-se historicizante, e sem a história a economia fica mais pobre nas suas explicações». E o mesmo se poderia dizer referindo outras ciências sociais que foram surgindo ao longo do tempo, e mesmo as humanidades, que vieram a enriquecer a História (a mais antiga dessas ciências) e que se poderiam enriquecer também se não houvesse por vezes propensão para confundir mundos científicos que devem ser considerados diferentes, mas complementares, ou se essas ciências (e a própria História) não navegassem, em alguns casos, num universo de repetições, de ideias feitas e de superficialidades próprias do amadorismo.

Destaquei logo esta área de reflexão do livro de Miriam Halpern, que é fundamental ler, porque alguns novos historiadores – como tenho destacado criticamente de forma pública – se consideram «senhores» de uma nova história (não confundir nesta terminologia aquela que foi, quase institucionalmente, chamada *Nouvelle Histoire*), esquecendo que essa «invenção», que requerem para si, tem já muitos anos de construção. Mas passarei a uma breve reflexão do que constitui o miolo deste livro, impossível de sintetizar em poucas linhas.

O título é global e elucidativo: «O Século do Liberalismo». Na verdade, neste tempo em que o conceito de «Liberalismo» renasce nos vocábulos de «Neoliberalismo» e de «Democracia liberal», quase se diria que parece ser a afirmação de uma lógica imparável carregada de potencialidades próprias (por assim dizer) de um «sistema capitalista». Mas tal não sucede, evidentemente, pois estamos no domínio da História, entendida como Ciência, e não da Ideologia. Ao invés do que poderia aparentar, a análise detalhada do Liberalismo ao longo de mais de um século, 1820-1926, na sua

versão de liberalismo monárquico e de liberalismo republicano, demonstra a complexidade de uma realidade que, no domínio da terminologia, pode dar origem a confusões e a novos mitos ideológicos. O que Miriam Halpern Pereira mostrou é como se discutiram as novas vias económicas e sociais, no sentido da liberdade política e constitucional, a partir do 24 de Agosto de 1820, ou já antes, e depois, em lutas e debates intermináveis (Parte I: As sementes da Monarquia Constitucional). É assim que se verifica (Parte II: As Grandes Mudanças Políticas e Sociais da Revolução de 1820 ao Acto Adicional de 1852) como o novo sistema político criou, de forma polémica, e lenta, com avanços e recuos, os novos conceitos de cidadania, de relações económicas, de atitudes, tanto no mundo burguês como no universo operário e «popular», e como a Igreja, antes poder acima dos poderes, se teve de adaptar a uma nova realidade, assim como o Estado teve de saber lidar com o poder da Igreja.

A República (Parte III: A República) apenas prolonga, de outra forma política, esses novos conceitos, discutindo o sufrágio, os modelos económicos, a questão social, abrindo as portas ao depois tão falado «Estado Providência», e a novas maneiras de encarar a assistência, a saúde e os seguros sociais.

A parte seguinte (Parte IV: Assimetrias e diversidade) interroga-se afinal sobre o que houve de complexo neste mundo em evolução, não esquecendo as assimetrias de crescimento e as diversidades, nas várias áreas económicas, assim como na penúltima parte (Parte V: Emigração, Finanças e Política) se analisa uma área que afinal se manteve fundamental tanto na Monarquia como na República, como se manteria com outro sentido no Estado Novo: o fenómeno da Emigração, sempre presente, ontem como hoje, como significativo movimento social do país, um país que constituiu um Império, mas que teve de reduzir-se a um pequeno espaço continental e insular.

Desta forma, com um discurso claro mas complexo (como são complexos os temas abordados), sempre se servindo de fontes e de bibliografia adequada, Miriam Halpern Pereira dá-nos conta, nesta obra densa e longa, de um vasto mundo de problemas que analisou (e continuará a analisar) ao longo dos anos da sua vida, o que possibilitou – como dizíamos – uma reflexão final, sentida e vivida, acerca do significado da História e da História Contemporânea, em Portugal e no Mundo.

Apenas uma nota final de sentido crítico relativamente à edição.

Trata-se de uma obra notável publicada por uma grande instituição, a Fundação Calouste Gulbenkian, que foi e é em Portugal um verdadeiro «Ministério da Cultura» complementar. Mas é pena que obras deste género, que são verdadeiros «clássicos» no nome e na substância, não se difundam (como deveria acontecer) pelas nossas livrarias, que afinal são as maiores divulgadoras do livro em papel. De resto, o mesmo sucede com as editoras

públicas, nacionais e universitárias, que quase se transformaram em *guetos* de Ciência e de Cultura. Talvez doutra forma se pudesse mostrar ao público leitor que as instituições têm mais atividade, no domínio das ciências sociais e das humanidades, do que por vezes se diz ou se pensa sem dizer. Talvez o leitor comum passasse mais eficazmente a distinguir o que é a História feita por profissionais e o que é a história feita por amadores (alguns com grandes qualidades, pelo menos no domínio da escrita e até da investigação) e mesmo o que é uma História plana e, em certos casos, arrogantemente dita descobridora de novos caminhos, que geralmente não o são.

Enfim, gostaria como historiador de ver esta obra não apenas na loja da Fundação Gulbenkian (mesmo que ela se desdobre num espaço eletrónico), mas em qualquer livraria de Lisboa e dos grandes espaços universitários ou do interior. Bem o merece a obra historiográfica de Miriam Halpern Pereira e de outros investigadores e outros autores de obras publicadas por editoras ditas «institucionais». Trata-se de uma grande historiadora do nosso tempo e isso deve ser considerado e sentido – dado o facto de a História até ser uma ciência facilmente popularizada – pelo comum dos leitores.

LUÍS REIS TORRAL
Universidade de Coimbra

